Nas discrepâncias de nossa sociedade podemos encontrar, de um lado, a constante evolução da engenharia financeira e de seus instrumentos altamente sofisticados, capazes de gerir riscos e potencializar resultados; e, do outro, no extremo, pessoas físicas que ainda não se familiarizam com os fluxos financeiros de sua renda, por vezes única, a gerar endividamentos, pobreza e até problemas de saúde.

Para este último grupo ganha força o encaminhamento para a Educação Financeira, que podemos definir como um processo de compreensão acerca do funcionamento do dinheiro na vida, um gerenciamento para evitar decisões errôneas ou minimizar seus efeitos, além de, principalmente, capacitar para o planejamento da velhice. Tal processo pode realmente empoderar pessoas a partir da consciência financeira.

Entre muitos conceitos para a "virada de chave" no aprendizado está o do juro, como prêmio pelo uso do dinheiro no tempo, que conscientiza o cidadão sobre a crucial diferença entre poupar para uma aquisição e antecipar uma compra sem os recursos necessários. Na orientação para o consumo que nossa sociedade tomou, eis uma compreensão de grande utilidade, apta a fortalecer financeiramente os que já compreendem e a fragilizar ainda mais os que estão à margem deste entendimento.

Enfim, sabemos que não há como ser contra algo que comece por "educação", mas há suas exceções para o caso em questão.

O problema está no julgamento social de que a Educação Financeira é a solução para tudo, ou que pessoas em dificuldades seriam as únicas responsáveis pela situação, por não conhecerem finanças. É um raciocínio de pura conveniência para não precisar tocar em feridas, como a da perversa distribuição de renda, em especial no caso brasileiro.

Dados oficiais do Ministério da Fazenda do Brasil demonstram que a fatia de 10% dos mais ricos da população do país concentrou 51% de toda a renda em 2022. Já em relação à riqueza, a falar de bens e diretos, a diferença é ainda maior, com o mesmo grupo de 10% dos mais ricos a reter 58% do total.

Sabemos que, com certa naturalidade, cidadãos menos favorecidos sobrevivem com seus rendimentos com base em economias, seja na escolha por alimentos menos nobres, nas restrições ao lazer, no uso exclusivo de serviços públicos, na aquisição de bens de marcas de menor preço, enfim… Mas nem tudo se resolve assim nesse exercício diário de

sobrevivência.

Se pensarmos, por exemplo, num plano de internet móvel, igualmente necessário para quem está no topo ou na base da pirâmide social, ele pode custar 10% da renda mensal do mais pobre e até menos de 0,5% da do mais rico. Tamanha diferença para um mesmo serviço, que hoje é considerado essencial a todos, será custeado por mais restrições de consumo em outras áreas, sem chances de ser solucionado pela Educação Financeira, que parece insipiente para um abismo social tão profundo quanto o do Brasil.

Por fim, não há dúvida da importância de conscientizar sobre finanças, mas o combate às desigualdades sociais acentuadas é o verdadeiro fator crítico de sucesso ao desenvolvimento de um país.